

Artes do ferro entre escravos e libertos: as práticas e a aprendizagem – Minas Gerais, século XIX

Maura Silveira Gonçalves de Britto¹

RESUMO: A proposta deste artigo é discutir os elementos que fazem parte da prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos em Minas Gerais, no decorrer do século XIX. Serão abordados aqui temas ligados ao universo da prática desses artífices, como a origem dos trabalhos em metalurgia nas Minas, a introdução das atividades de manufatura nessa região pelos africanos, a relação com os mestres europeus, o aprendizado do ofício e as relações criadas entre esses homens de cor ligados a um ofício mecânico na sociedade escravista mineira oitocentista. Para tanto, analisamos os inventários *post-mortem* referentes ao período de 1813 a 1888 do Arquivo Municipal de Itabira, uma das áreas em que a produção de ferro teve mais destaque na Província de Minas durante o Oitocentos.

Palavras-chave: Ferreiros; práticas e aprendizagem; Minas Gerais.

Arts of iron between slaves and freemen, and learning practices - Minas Gerais, the nineteenth century

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the elements that make up the craft practice of blacksmith among slaves and freeborn in Minas Gerais during the nineteenth century. Issues related to the practice of these craftsmen, as the origin of the work in metallurgy in Minas Gerais, the introduction of manufacturing activities in this region by the Africans, their relations with the European masters learning the craft and the relationship between these colored men connected to a mechanical craft in nineteenth-century slave society, will be discussed here. Therefore, we analyzed the postmortem inventories related to the period from 1813 to 1888 of the Municipal Archives of Itabira, one of the areas where the production of iron had more prominence in the state of Minas Gerais in nineteenth century.

Keys-word: Metallurgy; practice and learning; Minas Gerais.

A análise das atividades de produção e transformação do ferro nas Minas Gerais, que constituem a prática de um oficial ferreiro, nos leva a problematizar o exercício dos ofícios mecânicos no âmbito da América Portuguesa. Nesse sentido, em se tratando de oficiais ferreiros presentes entre a população de cor, isto é, entre escravos e libertos, tal atividade assume dimensões que resvalam na lógica do próprio sistema escravista no Brasil.

A prática de ofícios mecânicos na América Portuguesa, em alguns aspectos, seguirá as estruturas existentes na metrópole portuguesa para a regulamentação dos ofícios. Na América Portuguesa, pode-se afirmar que o processo de transmissão de saberes e a aprendizagem se

¹ Mestranda em História e Especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista da FAPEMIG.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

deram de modo semelhante ao que ocorria na metrópole europeia. Contudo, algumas considerações devem ser feitas.

A prática de ofícios na Colônia, a princípio, teria uma regulamentação camarária que, muitas vezes, assumia características distintas conforme as espacialidades e temporalidades analisadas. Em um dos primeiros trabalhos referentes a este tema, Flexor constatou, por meio dos arquivos da Câmara de São Salvador da Baía de Todos os Santos, referentes aos séculos XVI e XVII, que diversos artífices atuavam e se organizaram na capital desde 1630.² Eles se organizaram sob a forma de corporações e tinham representação no Senado, em moldes muito semelhantes às agremiações de oficiais presentes na metrópole. Contudo, a partir de 1713, a Câmara de Salvador desvincula de sua representação os assentos ligados aos ofícios e passa a tratar exclusivamente dos exames de entrada nos ofícios, licenças para atuar no espaço público e regulamentação de preços e taxas a serem pagas pelos mestres e oficiais. A autora ainda observa, em trabalhos posteriores, que a estrutura encontrada em Salvador não se verificou em outras áreas. Nestas, as Câmaras tinham a responsabilidade apenas de regulamentar os preços e os exames de entrada no ofício. O que nos mostra que, de modo geral, os artífices no Brasil Colônia estiveram, na maioria das vezes, sem um meio de comunicação formal com as autoridades.³

Libby observa que o quadro encontrado por Flexor em Salvador não se repete em outras regiões da América Portuguesa, como São Paulo:

Em suas pesquisas posteriores sobre São Paulo no período colonial, Flexor (1984,1996) descobre que os artífices paulistanos nunca se organizaram na mesma escala que os companheiros de Salvador no seiscentos e que muito menos tiveram qualquer tipo de representação política no Senado da Câmara. Daí que, nos arquivos municipais paulistanos da época, a documentação majoritariamente trata dos exames de entrada, de licenças e das procissões. De um lado, tais achados parecem indicar que a emergência, em Salvador do século XVII, de uma estrutura corporativa em conjunto com representação política formal tenha constituído uma exceção que provavelmente refletisse o *status* da cidade como sede do vice-reinado do Brasil e Capital da colônia. De outro lado, a ausência nas fontes paulistanas de evidências apontando para uma estrutura agremiadora formal sugere que a organização existente emanava do próprio Senado da Câmara.⁴

Quanto à regulamentação da aprendizagem, as Ordenações Filipinas determinam que os órfãos filhos de oficiais mecânicos deveriam ser introduzidos nas técnicas do ofício praticado por seu pai ou de outros ofícios:

² FLEXOR, Maria H. Occhi. *Ofícios mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.

³ FLEXOR. *O trabalho livre em São Paulo – século XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1984.

⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial*. In: LIBBY, Douglas Cole e Furtado, Junia Ferreira (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte: Annablume, 2006. p.61

E se forem filhos de oficiais mecânicos, serão postos a aprender os ofícios de seus pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação, fazendo escrituras públicas com os Mestres, em que se obriguem a os dar ensinados em aqueles ofícios em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens. E o Tutor ou Curador com autoridade do Juiz obrigará os bens dos Órfãos e suas pessoas a servirem os ditos Mestres por aquele tempo no serviço, que tais aprendizes costumam fazer. E o Juiz que isto não cumprir, pagará ao Órfão toda a perda e dano, que por isso se lhe causar (ALMEIDA Apud MENESES, *op.cit.*, p.182).⁵

Em trabalho acerca dos oficiais mecânicos em Vila Rica Setecentista, Silva Filho⁶ aponta que a prática desses ofícios era regulamentada pelas Câmaras Municipais, sendo exigidos a realização de exames e o registro de licença nestes órgãos de justiça para se ter permissão de atuar no espaço público. Em caso de escravos oficiais mecânicos, seus senhores teriam que levá-los à Câmara para realizar o exame de ofício. O que nem sempre acontecia, pois, muitas vezes, esses escravos atuavam somente no espaço privado, servindo apenas aos interesses e necessidades de seus senhores, que, por isso, não se dispunham a registrá-los como oficiais junto às Câmaras. Havia um regimento de cada ofício, no qual constavam os serviços e preços praticados por esses oficiais mecânicos. Essa regulamentação teria permanecido até a primeira década do século XIX. Silva Filho observa que

Em Minas Gerais dos setecentos, a organização do oficialato mecânico se dava da seguinte forma: todos os oficiais mecânicos eram convocados anualmente para, junto às câmaras municipais de cada vila e seu termo, elegerem os juizes e escrivães de seus respectivos ofícios mecânicos.

As convocações eram deliberadas nas vereações das câmaras municipais de cada vila e registradas nos livros de “acórdãos” daquelas instituições públicas. Ficava a encargo dos alcaides a notificação de todos os oficiais mecânicos para o dia, o mês e hora do escrutínio.⁷

Mais uma vez, não se verifica uma organização política dos artífices como a identificada por Flexor em Salvador. Em Minas, a atuação das Câmaras teria se limitado a regular preços de produtos e serviços, assim como conceder licenças para exercício dos ofícios e os exames de entrada.

Essa ausência de organização formal dos artífices na maior parte da América Portuguesa pode indicar algumas questões. Para Libby⁸

⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. Revista de História, LPH n. 5, 1995. p. 88-111.

⁶ . SILVA FILHO, Geraldo. *Oficialato Mecânico e Escravidão Urbana em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Scorteccei, 2008.

⁷ *Idem*. P. 71-2.

⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Metalurgia*. 2003. p. 12.

Pode-se apenas especular acerca desta aparente falta de preocupação do estado português em relação à estruturação das corporações de ofício. É possível que alguns administradores mais esclarecidos já as mirassem sob a ótica de um incipiente pensamento liberal, considerando-as um sério obstáculo à livre circulação de mão de obra e outras mercadorias. O mais provável, não obstante, é que a formação das corporações não tenha sido estimulada por autoridades que temiam a coesão e consequente pressão política que tais coletividades poderiam exercer em eventuais situações de carestia e de desordem social ou política. No caso de Minas parece óbvio que o Estado deu preferência às irmandades e ordens terceiras e, neste caso, seria interessante pesquisar se os artífices de determinados ofícios teriam se agregado em torno desta ou daquela irmandade.

Contudo, para a América Portuguesa, a prática de ofícios não se restringiu ao trabalho livre. Também escravos e libertos se envolveram nessas atividades. O processo de aprendizagem dessas práticas muitas vezes se dava pela convivência com outros oficiais, fossem estes os senhores, outros escravos – da mesma ou de outra unidade produtiva – ou homens livres. Uma aprendizagem associada ao modo de vida dessas populações, às suas vivências cotidianas, estando ligada a um saber fazer em que a capacitação se dá principalmente pelo tempo que se dedica à sua práxis.

Neste aspecto, outra análise a ser considerada, também referente aos ofícios mecânicos de Minas Gerais, é a de José Newton Menezes.⁹ Menezes discute a questão do trabalho manual nessa sociedade escravista. Com esse intuito, o autor aponta para a criação de laços entre esses oficiais mecânicos, considerando também as relações surgidas entre senhores e seus escravos praticantes do mesmo ofício. Sua proposta considera que, embora em situação aparentemente contraditória, uns senhores, outros escravos, entre esses homens unidos pelo fato de possuírem uma especialização profissional haveria uma relação menos desnivelada e mais solidária que entre outros senhores e escravos que não tinham nenhuma especialização. Mais que isso, Menezes apresenta alguns elementos que nos levam a refletir sobre a aplicação da ideia – vigente nas sociedades europeias do Antigo Regime – de que as atividades manuais eram vistas como práticas inferiores realizadas por gente inferior, também na América Portuguesa:

O trabalho mecânico ou os mesteres, como eram chamadas as atividades manuais no ambiente do Antigo Regime português, (...) construiu, no exercício de seus homens e de suas mulheres, forma de inserção e de representação no nível do poder local pouco consideradas pela interpretação historiográfica no Brasil. (...) A condição mecânica, evidente obstáculo à nobilitação dos indivíduos no Antigo Regime, não impossibilitou que as categorias ocupacionais dos diversos trabalhos manuais se posicionassem

Disponível em: http://mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/libbi_01.pdf. Acesso em 22/03/2009

⁹ MENEZES, José Newton Coelho. *Saberes, Petrechos e Escravos: Mecânicos e senhores no corpo social das Minas Setecentistas*. In: PAIVA, Eduardo França e Ivo, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. Belo Horizonte: Annablume, 2006.

socialmente de forma a reservar para as suas atividades um status que não se limitava à importância econômica de seus afazeres. (...) Nas Minas Gerais ou nas vilas e cidades do Reino, os artesãos buscaram participação na vida política de cada urbe, evidenciada por farta documentação, em alguns casos, e presumida, devido à ausência documental, em outros. Além de tudo, forma indivíduos importantes na configuração do tecido social e na sustentação da vida dos aglomerados urbanos e seus entornos rurais. Nessa busca participativa, enfrentaram resistências, conciliaram interesses e forjaram identidades.¹⁰

Verifica-se aqui que as atividades manuais nas sociedades escravistas eram realizadas por homens brancos, por escravos e por libertos. O argumento de Menezes, de que existiria uma solidariedade maior entre os senhores e seus escravos praticantes do mesmo ofício do que entre ele e os outros escravos, demonstra outra questão. O trabalho manual, a prática de um ofício, poderia representar para um escravo uma forma de se distinguir dos demais.

As considerações de Libby¹¹ para Minas escravistas, a partir das Listas Nominativas de Vila Rica em 1804, nos conduzem a conclusões semelhantes. O autor observa que a maioria dos oficiais mecânicos eram homens de cor e que a ampla indistinção quanto à origem/raça de um grande número de artífices nessa documentação pode ter subnegado o número de forros envolvidos nesses ofícios. Nas listas, os brancos eram cerca de 1/5 dos ofícios descritos. Muitos artesãos eram proprietários de escravos, entre os quais alguns praticavam o mesmo ofício de seus senhores. Os ofícios poderiam representar também um negócio de família. Assim, Libby considera que não haveria entre esses homens brancos livres uma aversão ao trabalho manual.

A situação descrita poderá ser melhor compreendida na medida em que discutirmos algumas questões ligadas à dicotomia comumente apresentada na historiografia entre escravidão e liberdade. Deve-se abordar aqui as considerações de John French.¹² O autor analisa a maneira como a historiografia vem inserindo a questão da escravidão nas discussões sobre história social do trabalho no Brasil. Observa que dicotomias como “escravidão como violência x trabalho livre determinado pelo mercado”; escravidão como “não livre x livre” em termos legais, mesmo que dependente, muitas vezes deixam ocultas os reais significados da abolição de 1888. French argumenta que houve continuidades significativas em termos de escravidão antes e depois de 1888:

¹⁰ MENEZES, *Op. Cit.*, P.212

¹¹ LIBBY, *Op. Cit.* 2006. P.66-70

¹² FRENCH, Jonh. *As Falsas Dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil Moderno*. In: LIBBY, Douglas Cole e Furtado, Junia Ferreira (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte: Annablume, 2006. A esse respeito, ver também: CASTRO, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

A dicotomia entre escravo e livre derivou de um entendimento da escravidão como *status* legal de não livre, embora tal definição possa frequentemente mostrar-se de relevância duvidosa. Pode-se apontar para os estudos de escravidão urbana (...) que continuamente vem nos rememorando que o caminho para a liberdade individual para a alforria, não raras vezes, se mostrava cheio de obstáculos, tais como cláusulas que tornavam a liberdade condicional e mesmo, em alguns casos, revogável pelo testamento do antigo proprietário. (...) Assim, livre e não livre são categorias ambíguas na sociedade brasileira, na qual as delimitações não são fixas e os pequenos retrocessos em direção ao estigmatizado *status* de não livre são constantes.¹³

Nesse sentido, podemos considerar que a passagem da escravidão para a liberdade foi um caminho longo a ser percorrido pelos trabalhadores rurais e urbanos. Estes últimos, porém, pelas necessidades de produtos e serviços que a vida nas cidades exigia, tinham a seu favor a possibilidade de, por meio da prática de um ofício, criar novas oportunidades em seu caminho.

A inserção de escravos nos ofícios mecânicos poderia ser um meio de estes acumularem pecúlio para, com o tempo, comprar sua alforria. O aprendizado, como vimos, podia ser norteado pela especialização de seu senhor ou pela convivência com outros oficiais mecânicos, escravos, forros ou livres. E poderia garantir-lhes uma forma de conquistar a liberdade, a partir da compra da carta de alforria. Assim, poderiam viver de seu trabalho após se tornarem libertos.

É importante ressaltar que a liberdade é vista aqui como

(...) um processo de conquistas, que podem ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida. É o desdobramento de um conjunto de direitos que podem ser adquiridos, ou perdidos, um a um, com o tempo. É, portanto, um caminho a ser percorrido, e não uma situação estática e definitiva.¹⁴

Nota-se que, em sociedades escravistas como o Brasil, especialmente nas Minas, o trabalho manual foi exercido por diferentes grupos sociais. Na mesma medida, representou para cada um deles uma forma de adquirir ganhos econômicos e, muitas vezes, *status* social. Observa-se também, com base nos trabalhos aqui discutidos, que mesmo sendo praticado por homens de cor, fossem escravos ou forros, o trabalho manual não era visto pelos brancos oficiais mecânicos de forma pejorativa, verificando-se também a criação de laços entre os senhores e seus escravos oficiais.

Há aqui um problema teórico que precisa ser investigado nos trabalhos que se dedicam ao universo dos artífices: *se não é a escravidão, como abstração jurídica, que condiciona o trabalho manual, então é o trabalho manual que condiciona formas de trabalho escravo?*

¹³ FRENCH, *Op. Cit.*, P.81

¹⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1882-1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001. P.214

Seria o trabalho manual um elemento que conferiria novos contornos à escravidão nas sociedades escravistas aqui analisadas?

As propostas de Sennett nos oferecem caminhos para tentar responder a essa questão. Ligado à tradição filosófica do pragmatismo, Sennett desenvolve uma reflexão sobre o pensamento material.¹⁵

O autor apresenta duas teses centrais. A primeira é de que todas as habilidades, mesmo aquelas mais abstratas, principiam de práticas corporais, isto é, relacionam-se de alguma maneira a práticas manuais. A segunda é de que todo desenvolvimento técnico procede da força da imaginação. Dessa forma, a linguagem seria responsável por orientar e direcionar a habilidade corporal.

A partir de uma nova concepção de artesanato, o autor parte do pressuposto de que *fazer é pensar*. Para ele, o trabalho manual deve ser visto como uma maneira de identificar as reações de satisfação e frustração provocadas pela vontade de fazer as coisas da melhor forma possível. Parte de três exemplos aparentemente distintos de artífices – o carpinteiro, a técnica de laboratório e o músico – para mostrar como as atividades manuais estariam comprometidas com valores éticos, e não se restringiriam a simples reprodução mecânica de determinados procedimentos.

Sua proposta considera que, em todo o período que se queira considerar, o trabalho manual sempre esteve conectado a valores éticos. Assim, seria possível aprender sobre si mesmo através do ato de produzir. Deve-se entender como as coisas são feitas, porque o processo de feitura das coisas concretas sempre revela algo a nosso respeito. Na perspectiva de Sennett, a técnica precisa ser vista como uma questão cultural e não como um simples procedimento maquinal. Todo artífice tem o desejo de fazer alguma coisa bem feita pelo simples prazer da coisa bem feita. É a partir dessa premissa que se pode compreender a reação da técnica de laboratório de tentar compreender por que o procedimento realizado não atingiu o resultado esperado, em vez de transferir o problema para seu superior. Ou do regente que afina sua orquestra à perfeição, mesmo que para isso exceda o número de horas pelo qual foi contratado. Ou do carpinteiro que poderia vender mais móveis se trabalhasse mais rápido; mas a preocupação primeira de todos esses artífices é com a qualidade daquilo que fazem. “Com certeza é possível se virar na vida sem dedicação. O artífice representa uma condição humana especial: a do engajamento.” (p. 30)

¹⁵ SENNETT, Richard. *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

O autor sustenta que existe uma relação íntima entre a mão e a cabeça, e que o artífice realiza um diálogo entre as práticas concretas e a ideia. Daí estabelecem-se hábitos prolongados que criam um ritmo entre a detecção de problemas e a solução de problemas. Assim, para Sennett, haveria uma lógica inerente ao processo de trabalho dos artífices que não se modifica sendo este oficial mecânico um homem livre, escravo ou forro. A busca por fazer bem feito pelo prazer da coisa bem feita, pela detecção e a solução de problemas é característica do trabalho dos artífices, sejam quais forem as condições em que estes trabalham. Há uma ética do mundo prático que deve ser considerada independentemente da condição jurídica do artífice. “De qualquer maneira, os artífices sempre encontraram maneiras de deixar sua marca no trabalho.”¹⁶

O ofício de ferreiro

A utilização do ferro nas sociedades humanas remonta aos primeiros tempos do desenvolvimento de nossa espécie. A flexibilidade e a resistência do material contribuíram para a utilização do ferro em vários setores da vida social: construção de instrumentos produtivos, de armas, e nas artes.

O profissional envolvido nessa atividade, o ferreiro, também vai ter destacada sua importância, que pode variar de sociedade para sociedade. Eliade afirma que o trabalho dos ferreiros terá características distintas de região para região, mas que, ainda assim, apresenta semelhanças, especialmente no que concerne aos elementos simbólicos referentes às ferramentas utilizadas e ao próprio processo de transformação do metal.¹⁷

No intuito de identificar o que esse ofício representou para os escravos e libertos que nele se envolveram nas Minas Gerais do Oitocentos, é preciso retornarmos à maneira como os ferreiros eram vistos entre aqueles que foram os responsáveis por introduzir as técnicas da metalurgia na região mineradora: os africanos.

I. Origens africanas:

A utilização do ferro em sociedades africanas também segue os benefícios que o material pode oferecer nas práticas cotidianas (como a caça, a pesca, o preparo dos alimentos, a arte da

¹⁶ SENNETT, *Op. Cit.*, p.153.

¹⁷ ELIADE, Mircea. Lisboa: Relógio d'água, s/d.

guerra), mas também é determinada por questões simbólicas. A grande abundância dessas minas no continente africano também contribuiu para a criação de uma mitologia em torno dos ferreiros entre algumas sociedades africanas.

A criação desse imaginário em torno dos ferreiros se deve à visão de mundo vigente entre essas sociedades. Há entre eles uma concepção de que deve haver um equilíbrio entre os diversos mundos: o animal, o vegetal e o mineral. Da manutenção deste equilíbrio é que se podem garantir a existência e o êxito dos grupos humanos. Assim, a extração do ferro pelos homens, por ser uma interação entre os mundos animal e mineral, é cercada de uma aura mítica. Da mesma forma, a transformação do ferro, isto é, o trabalho dos ferreiros, resulta de um conhecimento adquirido em esferas não humanas. Um conhecimento ligado a um saber mágico e que, por isso mesmo, é um conhecimento destinado a homens privilegiados e distintos dos demais.

Em trabalho recente, Silva¹⁸ discute acerca das práticas e significados que envolvem a figura dos ferreiros na África Central no século XIX. Aponta uma série de referências de trabalhos anteriores que se dedicaram ao tema, afirmando a existência de uma ligação mítica entre a prática de transformação do ferro, as relações sociais e a legitimação da autoridade do chefe entre essas sociedades:

Certamente, a importância mítica do ferreiro só pode ser compreendida através do reconhecimento de sua importância econômica e das modificações que a introdução da metalurgia trouxe para as sociedades. Jan Vansina afirma que logo que novos depósitos de ferro e cobre eram descobertos, esses lugares começavam a atrair pessoas muitas vezes ao longe para obter tanto minério de ferro quanto o metal bruto que era fundido no mesmo local. Esses locais reformularam a percepção que as pessoas tinham sobre regiões inteiras, possibilitando novos focos e novas rotas de viagem. Isso alterou os padrões de mobilidade espacial até então correntes na região. A nova atividade criou novos contatos entre diferentes comunidades por causa da nova interação necessária entre fundidores e forjadores. (...)

É fato que alguns sobas [*nome dado aos reis*] controlavam minas de ferro e o trabalho de ferreiros, tanto que muitas regiões da África Central passaram a ser povoadas por causa da existência dessas minas. Afinal, controlar uma mina significava agregar pessoas, não só os súditos em si, mas povos que não sabiam trabalhar o ferro. E é preciso lembrar que a ideia de poder na África não está ligada à extensão do território dominado, e sim à quantidade de pessoas submetidas à figura do chefe. Assim, fica clara a associação entre o ferro e a legitimação do poder. Além disso, o ferro, ao contrário da madeira e da pedra, por exemplo, pode ter sua produção controlada de forma mais sistemática.¹⁹

¹⁸ SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de Ferro*. Os ferreiros na África Central no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/>. Acesso em 23/09/2009

¹⁹ SILVA, *Op. Cit.* p.34-36.

Pode-se perceber que, entre essas sociedades da África Central, muitas vezes a figura do ferreiro esteve associada à imagem do chefe. Essa ligação simbólica acabou dando origem ao mito do *rei-ferreiro* em tais sociedades. A ideia deriva justamente da visão do trabalho dos ferreiros como algo distinto, como um conhecimento ligado a esferas não humanas.

Contudo, a aura criada em torno dos ferreiros poderia fazer com que sua figura fosse mais valorizada que a do próprio chefe. A criação de uma imagem de um rei-ferreiro atribuiria ao chefe esse conhecimento mágico que somente alguns homens da sociedade poderiam adquirir. O poder, nessas sociedades africanas, está ligado a certas capacidades de pessoas ímpares em exercer controle sobre os demais e garantir o domínio de processos de transformação capazes de proporcionar bem-estar ao grupo. O domínio da metalurgia poderia permitir isso. Dessa forma, o chefe estaria legitimando seu poder em esferas não humanas. Teria, assim, autoridade para governar de maneira absoluta.

Silva afirma ainda que, embora o mito do rei-ferreiro seja recorrente entre várias populações da África Central, a bibliografia a respeito não reconhece que essa tenha sido a regra. Houve casos em que os chefes realmente tinham conhecimentos de metalurgia, mas isso não se verificou sempre. Observa que essa estreita ligação entre os chefes e os ferreiros fez com que o processo de trabalho desses fosse carregado de simbologia e rituais.

Durante os trabalhos de fundição (que era um trabalho exclusivamente masculino), os ferreiros não poderiam manter relações sexuais, devendo manter seu estado de “pureza”. Da mesma forma, as mulheres em idade reprodutiva não podiam se aproximar dos locais de fundição. Não era um conhecimento necessariamente hereditário na África Central – ao contrário do que se verificava nas sociedades da África Ocidental. O trabalho das forjas era realizado em locais isolados, acompanhado de músicas e rituais. Neste também a mulher era excluída e também os ferreiros forjadores deviam fazer abstinência sexual. Muitas vezes, os trabalhos de fundidor e forjador eram realizados pelo mesmo indivíduo.

Em toda a África, os ofícios que lidam com a transformação da natureza tem um status diferenciado e possuem formas de organização compatíveis com essa especificidade. É possível afirmar que ser ferreiro na África Central é muito mais que uma profissão, é um estilo de vida, ou seja, um modo de ser e viver bastante peculiar. Por isso, o trabalho de ferreiro envolvia uma série de regras e proibições que, se rigorosamente respeitadas, contribuíam para o sucesso do trabalho. Isto é, a realização do ofício do ferreiro não dependia apenas de colocar em prática os conhecimentos técnicos ligados especificamente à metalurgia do ferro.²⁰

²⁰ SILVA, *Op. Cit.*, p. 97.

É importante lembrar que todos esses rituais retomam a questão do equilíbrio que deve existir entre os mundos animal, vegetal e mineral para essas sociedades africanas.

A respeito do processo de fundição propriamente dito, Eduardo Spiller Sena²¹, em análise do desenvolvimento das artes do ferro nas Áfricas Central e Ocidental, aponta que a fundição artesanal compunha-se de seis etapas: garimpo; preparação do arenito; manufatura do carvão e outros combustíveis; construção do forno de fundição; refino e tratamento do ferro florado para a forja e a forja dos utensílios. Essas etapas também se dividiam de acordo com as estações do ano. Enquanto a forja podia ser feita em todo o ano, o garimpo e a fundição não podiam ser feitos em períodos de grande umidade, ficando restritos à estação da seca. O garimpo e a produção de carvão ficavam a cargo de assistentes escolhidos pelo mestre forjador, o que mostra seu grau de especialização e autoridade sobre os demais envolvidos no processo de fundição.

A visão que os africanos tinham acerca do ferro e do trabalho dos ferreiros será determinante também nas relações que vão se criar entre esses e os portugueses, a partir do desenvolvimento das relações comerciais entre eles. Haveria, por parte dos africanos, uma tentativa – que se mostrará bem-sucedida até a segunda metade do século XIX – de evitar o acesso dos portugueses às minas de ferro e aos locais onde ficavam as forjas nos quais ele era fundido. Nessa postura, vemos os choques culturais que vão estar presentes nas relações entre portugueses e africanos. Enquanto a visão que os africanos tinham do ferro e das atividades ligadas a sua transformação era repleta de simbologia, configurando inclusive processos e rituais de legitimação do poder do chefe, para os portugueses as mesmas atividades apresentavam um valor econômico. Somente a partir do século XVIII, com as medidas pombalinas, a resistência dos africanos em apresentar aos portugueses as riquezas de seu território começa a ser vencida. Nesse período, será também importante a ação dos ferreiros, enquanto produtores de mercadorias solicitadas pelos europeus, como intermediários na ampliação do comércio entre portugueses e africanos.

As informações acerca do processo de produção do ferro na África, assim como o papel dado aos ferreiros naquelas sociedades, podem nos fornecer alguns aspectos a serem verificados sobre essa prática também em Minas Gerais no século XIX. É importante destacarmos que muitos dos ferreiros que atuaram nas minas eram, se não de origem africana,

²¹ . SENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. *Do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

pelo menos descendentes desses. De modo que se torna necessário, ao nos confrontarmos com as fontes da pesquisa, observar se os aspectos simbólicos que envolvem o trabalho dos ferreiros na África também se repetem nas Minas. Ou se assumem outros elementos em terras coloniais.

II. Experiências de produção e transformação do ferro em Minas Gerais:

A introdução das atividades de produção e transformação do ferro em Minas Gerais está intimamente ligada ao desenvolvimento das atividades mineradoras nessa região durante o período colonial. Os núcleos populacionais que surgiram ao redor das minas no século XVIII, com as notícias das descobertas que se tornavam cada vez mais frequentes, foram se tornando mais povoados. E esse contingente populacional abrigava indivíduos de vários segmentos: mineradores, agricultores, clérigos, artesãos, representantes da administração portuguesa, suas famílias e seus escravos. Uma população que passa a ter uma demanda de produtos e serviços. Entre esses, os produtos de ferro – e os serviços daqueles que o sabiam produzir.

Essa complexa organização social da sociedade mineradora reflete também as características ímpares da região em relação aos núcleos urbanos do litoral, de povoamento mais antigo. A esse respeito, Libby observa que

Deixando de lado por um momento a separação fundamental entre livres e escravos, é preciso reconhecer que a sociedade mineira era profundamente marcada pela interdependência econômica entre seus diversos segmentos. Grosso modo, isto quer dizer que, se os mineradores dependiam dos comerciantes e artesãos e vice-versa, ambos os segmentos dependiam dos produtores de alimentos os quais, por sua vez, sem a demanda urbana e do setor de mineração, deixariam de existir enquanto participantes desse grande jogo de trocas. Da mesma forma, todos dependiam, em maior ou menor grau, dos transportadores de mercadorias. Em suma, desenvolveu-se de forma singular no contexto da América Portuguesa aquilo que a Sociologia chama de divisão social do trabalho, expressão precisamente da interdependência dos membros da sociedade entre si e dos progressos materiais que têm origem na especialização cada vez maior dos agentes econômicos. De certa forma, foi graças ao estágio relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho que Minas Gerais atravessou a chamada crise da mineração na segunda metade do século XVIII com bastante tranquilidade. Por esta razão, os estudiosos de hoje enfatizam as continuidades entre o auge aurífero e o período posterior em vez de supostos contrastes.²²

Essa interdependência provocou uma demanda de objetos do metal para diversos fins. Seja para a produção de ferramentas para mineração, agricultura e demais ofícios, utensílios

²² LIBBY, *Op. Cit.*, 2003. p.04

domésticos, seja para artigos de ornamentação dos templos religiosos e edificações que estavam sendo construídos.

Todavia, a proibição da produção de manufaturas no Brasil Colonial decretada no Alvará de 1775 em certa medida inibirá a prática de tais atividades de transformação do ferro. Contudo, a partir das primeiras décadas do Oitocentos, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil abre novas demandas para a produção de transformação do ferro em Minas Gerais.

Os primeiros trabalhos de fundição do ferro em Minas Gerais, a historiografia tende a concordar, resultaram dos conhecimentos técnicos trazidos pelos escravos africanos. Isso se deve também ao fato de que os portugueses não eram grandes conhecedores de tais processos, importando dos suecos e biscainhos praticamente todo o ferro utilizado em seu país.²³ Embora rudimentares, os métodos trazidos pelos africanos foram utilizados em diversas áreas da região mineradora. O processo mais primitivo consistia em abrir um buraco no chão, ou fazer um forno aberto, no qual são introduzidos o minério e o carvão para queimar. Produzia-se o vento com um abano rudimentar.²⁴

Mas o método mais comum era o chamado *cadinho*.

Os cadinhos são orifícios cilíndricos com cerca de 0,30 cm de diâmetro e 1,0 metro de altura, feitos com paredes de alvenaria, muitas vezes em séries até seis. O fundo é alargado. O ar é soprado com um fole tocado a mão ou por uma trompa hidráulica. O orifício contrário à entrada do ar é tapado com moinha de carvão e areia. Esta mesma mistura se coloca no fundo do cadinho. Ateia-se fogo, sopra-se, e depois se introduz o carvão e em seguida o minério pulverizado, em pequena proporção, da ordem de dois quilogramas. A ganga que se forma em estado pastoso vai sendo acumulada no fundo, abaixo da chegada de ar.²⁵

Durante esse processo, de duas em duas horas deve-se retirar a escória e a bola de ferro pelo orifício da frente. O ferro batido gera uma lupa de 10 a 15 quilos. O autor afirma

²³ Silva já havia observado a resistência dos povos da África Central em permitir que os portugueses se aproximassem dos locais onde estavam as forjas, limitando-se a comercializar apenas os produtos de ferro com eles. Essa postura teria permanecido até o século XIX, e teria contribuído para os poucos resultados alcançados pelas tentativas portuguesas de estabelecer fábricas de ferro nessa região africana. Ao que tudo indica, a situação se repete nas experiências portuguesas de produção de ferro na América, onde tais atividades serão marcadas pelos conhecimentos dos africanos e pelas inovações trazidas por engenheiros europeus. Cf. SILVA, *Op. Cit.*, 2008, p.13-41.

²⁴ GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983, p. 24. Há uma extensa literatura acerca do início dos trabalhos de produção e transformação do ferro no Brasil. Ver também: BAETA, Nilton. *A Indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e Sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. II, 1905. ESCHWEGE, Luding von Wilhelm. *Pluto Brasiliense*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1978, vol. 1 e 02. SENA, Joaquim Cândido da Costa. *Viagem de Estudos Metalúrgicos no centro da província de Minas Gerais*. In: *Annaes da Escola de Minas*. Ouro Preto, 1881.

²⁵ *Idem*, p. 25.

que para cada tonelada de ferro, consumiam-se de 2 a 2,5 toneladas de carvão.²⁶ O que era um problema desse método. Embora fosse simples e não exigisse muitos recursos, o consumo de carvão no processo dos cadinhos era muito alto. Nesse sistema, para a produção de tais quantidades de ferro, eram necessários dez dias de trabalhos de um fundidor, um malhador e seus serventes.

Com o tempo, o aumento das necessidades de produção e a introdução de técnicas de fundição trazidas por estrangeiros, o processo de produção e transformação do ferro em Minas Gerais foi assimilando novas características. O processo dos cadinhos foi aos poucos modificado para se adaptar aos modelos das forjas italianas e catalãs, principalmente. O século XIX presencia o desenvolvimento de diversas forjas nessa região, fato evidenciado pelos relatórios encomendados pelos estudiosos da Escola de Minas de Ouro Preto.²⁷ Em um desses relatórios, Bovet e Ferrand salientam os benefícios da utilização da forja catalã, que consumia uma quantidade menor de carvão para uma produção maior de ferro, em comparação com as outras. Definem o consumo de carvão e o consumo de ferro para cada uma das técnicas empregadas.

	<i>Produção em 12 horas</i>	<i>Consumo por 1.000kg de carvão</i>	
		<i>Carvão</i>	<i>Mão de Obra</i>
<i>Cadinhos</i>	100 Kg	700%	27 dias
<i>Forja Italiana</i>	120 Kg	500%	18 dias
<i>Forja Catalã</i>	320 Kg	309%	13 dias

Citado em : GOMES (*Op. Cit.*,1983. p. 107)

O engenheiro alemão Eschewege também escreve sobre as forjas utilizadas para fundição de ferro em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. O engenheiro é também responsável pela introdução na região do malho hidráulico, que acelerava o processo de fundição, representando uma importante melhoria técnica para a metalurgia local.

Desde esse tempo [século XVIII], muitos lavradores e ferreiros passaram a produzir ferro só em quantidade suficiente para as suas necessidades, não só porque antes da

²⁶ Havia dois sistemas de obtenção de carvão, o de *covas* e o de *medas*. O sistema de *medas* consiste na obtenção de carvão no qual a madeira é empilhada, coberta por folhas e ramos e queimada na superfície do solo. Já representava uma inovação frente a outro sistema, o de *covas*, no qual se abriam covas onde a madeira era queimada. Este último processo causava danos às raízes das árvores próximas, razão pela qual foi sendo abandonado.

²⁷ Esses relatórios foram publicados em forma de Anais da Escola de Minas, e tinham o objetivo de descrever e sintetizar as práticas ligadas à mineração e à metalurgia desenvolvidas na Província de Minas. Alguns desses relatórios pesquisados neste trabalho são de Joaquim Cândido da Costa Sena, Francisco de Paula Oliveira, A. de Bouvet e Paul Ferrand. Certos aspectos desses relatórios também foram citados por GOMES (*Op. Cit.*,1983. p. 91-129).

chegada da Família Real era proibido fabricar o ferro industrialmente, como também se desconhecia o processo de produzi-lo em grande escala. Por ocasião de minha chegada em 1811, era comum esse processo bárbaro de produção. A maioria dos ferreiros e fazendeiros que possuíam ferraria também tinha seu fornelho de fundição, sempre diferente um do outro, pois cada proprietário. Na construção, seguia suas próprias ideias. Alguns fundiam simplesmente nas invariáveis forjas de ferro, fazendo a carga de minério com suas usuais colheres, outros levantavam um pouco a forja dos lados. Encontrei ainda fornos cônicos e cilíndricos, de três a quatro palmos de altura, e também os de seção quadrada, nos quais, na parte dianteira, havia um orifício, que após a extração das lupas era fechado logo.²⁸

As observações anteriores nos fazem perceber que as atividades de produção do ferro em Minas seguiam conhecimentos de várias vertentes culturais. O método dos cadinhos, de origem africana, foi sofrendo modificações para se adequar aos métodos trazidos por técnicos europeus, e essas forjas também eram construídas a partir de intervenções de criação dos proprietários, como observou Eschwege. Trata-se, então, de uma técnica que contou com conhecimentos provenientes de vários grupos étnicos; de uma técnica que, em sua aplicação nas Minas, adquire uma configuração *mestiça*.

Sobre essas técnicas, Eschwege aponta que a produção das forjas atendia a uma demanda local da Província por ferro, e que deveria permanecer assim. Afirmava que o isolamento das Minas fazia com que o preço do produto na região fosse muito alto. Contudo, assim que se implantasse um sistema de transporte mais eficaz para o interior das Minas – o que provocaria uma redução no preço das mercadorias –, a produção dessas forjas locais não resistiria à concorrência imposta pelo ferro produzido em outras regiões, que era de melhor qualidade. Dessa forma, o engenheiro alemão não recomendava a instalação de uma grande fábrica na Província. Para ele, o mercado mineiro seria melhor abastecido do metal com a existência de diversas pequenas instalações com um limite de produção anual, já que, por seus cálculos, o consumo de ferro anual em Minas não ultrapassaria a quantidade de 14.678 arrobas.²⁹

A região da Itabira do Mato Dentro também vivenciou a experiência das referidas forjas. De acordo com os parâmetros da época, contou com duas significativas instalações: a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça, sendo a primeira de maior destaque. A respeito delas Gomes observa que

A primeira fábrica descrita nessa região é a do Girau, muito conhecida pela sua boa organização e por ter sido uma das que maior duração tiveram. Ela estava situada a 6 km da cidade. O ferro era preparado em 4 cadinhos, que davam oito lupas de 10kg cada uma. Estavam estalados dois malhos movidos por uma roda de calhas cada um,

²⁸ ESCHWEGE, *Op. Cit.* 1978, vol. 01. p. 203.

²⁹ GOMES, *Op. Cit.*, 1983. p. 89.

um com 90kg, outro com 120kg. O carvão era preparado em medas. A uma distância de pouco mais de 1km, existia a forja do Onça, que empregava o sistema italiano. Sua produção era de 135kg diários, com um consumo de carvão de 720kg. Os dois malhos existentes, movidos por uma roda de Ariège, tinham respectivamente 105kg e 165kg. O carvão era preparado em medas. Como minério se empregava o mesmo que o do Girau, isto é, o itabirito friável.³⁰

Quanto à mão de obra empregada nessas fábricas, Saint-Hilaire e Eschewege destacam a presença de escravos, embora também o emprego de homens livres.

(...) As forjas do Girau compunham-se de oito fornos, construídos como o do Coronel Antônio Tomás, e nos quais se podia fundir, de cada vez, uma arroba de metal (32 libras). O fogo era entretido nas forjas por foles movidos a água. Como o minério se encontra em Girau em massas muito compactas, começava-se a triturá-lo com auxílio de pilão movido por uma roda hidráulica. Outra roda do mesmo gênero fazia mover o martelo destinado a malhar o ferro. As forjas do Girau davam trabalho a cerca de vinte e cinco operários, cuja metade se compunha de escravos. Os outros, livres, e quase todos brancos, recebiam alimentação e cerca de meia pataca de salários. Essa forja, como vemos, possuía elementos de prosperidade; o governo concedera ao proprietário, para a fabricação de carvão, quatro sesmarias de matas; o ferro se encontra, por toda parte, nos arredores, e as águas, em abundância, fornecem os meios de movimentar a máquina de fundição; finalmente, as terras da vizinhança, vermelhas e argilosas, parecem ser férteis, e podem fornecer víveres aos operários. O estabelecimento do Girau é ainda um dos que atestam a indústria de mineiros. O Capitão Paulo, seu proprietário, jamais vira nada de semelhante, e não teve outra guia para suas construções senão um pequeno número de desenhos deixados aos habitantes da região pelo viajante Mawe.³¹

As informações sobre essas instalações maiores servem a nosso propósito, no sentido de verificar as características da atividade de fundição de ferro na região trabalhada. Contudo, as pesquisas nos inventários nos apresentam outro quadro que se insere na perspectiva do “espaço vivido”.³² As atividades de ferraria estariam tão difundidas na região das Minas que verificamos a presença de *tendas de ferreiro* ou *máquina da ferraria* em grande parte das unidades produtivas pesquisadas, sejam elas de roceiros ou fazendeiros³³, evidenciando o quanto essas atividades de ferraria estavam integradas ao sistema de produção das unidades produtivas. É fato que algumas instalações terão investimento e produção maiores, mas as forjas, pela simplicidade de sua confecção, podiam estar presentes tanto em uma grande fazenda quanto em uma roça.

³⁰ *Idem*, 96-97

³¹ SAINT-HILARIE, Auguste. *Itabira do Mato Dentro – Jornada de Itabira a Vila do Príncipe*. In: Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Livraria Itatiaia. Ed. Belo Horizonte: 1974. p.128.

³² Ver: MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política pela espacialidade*. Bertrand Brasil, 2008.

³³ Estamos considerando aqui a definição feita por Andrade entre *roceiros* e *fazendeiros* para classificar os proprietários de terras e escravos. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e a Enxada: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, P. 209-210. Trataremos como roceiros aqueles indivíduos que nos inventários possuem de 0 a 10 escravos, e como fazendeiros os que possuem um plantel superior a 10 cativos, o que indica uma propriedade agrícola com maior potencial produtivo.

É importante destacar que tais informações sobre o modo como se deu o processo de produção e transformação do ferro em Minas Gerais podem nos auxiliar no objetivo de desvendar o universo da prática dos ferreiros de cor. Africanos, crioulos, escravos e libertos que se envolveram nesse ofício. Conhecer as técnicas nos permite fazer algumas considerações acerca do que esse ofício, um trabalho manual, poderia ter representado para eles.

No caso específico do espaço em que analisaremos as atividades desses oficiais ferreiros, a Itabira do Mato Dentro, cabe fazer algumas considerações.³⁴ O povoado que deu origem à Vila de Itabira surge como resultado das intensas e frequentes viagens de bandeirantes, especialmente paulistas, ao interior da Província de Minas Gerais, em busca de jazidas minerais, sobretudo o ouro. O desejo e a esperança do enriquecimento fácil era o que motivava um número cada vez maior de pessoas a se aventurarem em direção a uma terra inóspita, cujos perigos representados pela natureza e por aqueles que haviam chegado antes não eram fortes o bastante para interromper as levadas e mais levadas de homens que chegavam às Minas. Na região que viria a ser a Itabira do Mato Dentro, as informações históricas a respeito do núcleo de povoamento inicial apresentam duas vertentes. Há uma versão que considera a fundação do povoado em 1705, a partir da construção de uma capela por João Teixeira Ramos e pelo padre Manoel do Rosário. Outra vertente defende que o povoado só teria se organizado em 1720, com a chegada de Francisco de Albernaz, acompanhado de outros paulistas em busca de ouro.³⁵

³⁴ Alguns dados acerca da evolução administrativa desses espaços ao longo do século XIX: A povoação de Itabira do Mato Dentro data das primeiras décadas do século XVIII. Alguns atribuem a 1705 a instalação da Capela filial de Nossa Senhora do Rosário, pertencente ainda a Santa Bárbara. A freguesia de Itabira é criada em 1825, com criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, já desmembrada de Santa Bárbara. O município, desmembrado de Caeté por resolução de 30 de junho de 1833, tem a posse de sua primeira Câmara em 30 de outubro de 1833. A elevação à Cidade de Itabira ocorre em 09 de outubro de 1848, pela Lei Provincial Nº 374. Ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Itabira e política de recursos minerais*. Ed. FJP, 1981; FRANÇA, Jussara. *No tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s/d. *O Recreador Mineiro*, 1845, p. 146-147. APMI, Documentos Avulsos.

³⁵ “Os estudos referentes à descoberta do território de Itabira são controvertidos. Enquanto alguns autores afirmam que bandeirantes paulistas descobriram ouro na região em princípios do século XVIII, outros sustentam que tal fato só ocorreu em 1720. Segundo o Cônego Raimundo Trindade [TRINDADE, R., Cônego. Instituições de Igrejas do Bispado de Mariana. Rio de Janeiro. Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, 1945. p. 122], o povoamento de Itabira data de 1705, quando o Padre Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos ali descobriram ouro de aluvião e construíram uma capela, atraindo aventureiros para o local. Já o viajante Saint-Hilaire [SAINT-HILAIRE, A. de. *Itabira do Mato Dentro, Jornada de Itabira a Vila do Príncipe*. In: *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1, p.121.] afirma que o povoado só surgiu a partir de 1720, quando Francisco Faria de Albernaz e outros paulistas estabelecidos em Itambé chegaram ao morro onde hoje está edificada a cidade e encontraram grande quantidade de ouro. Levantaram uma casa e uma capela coberta de colmo, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário e, em pouco tempo, outras pessoas a eles se reuniram, dando origem à povoação.” Cf: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *O Recreador Mineiro*, s/d. p.146.

Seja qual for a data a ser considerada como a de seu surgimento, o povoado teria surgido em função da descoberta de veios auríferos na região e se desenvolvido no decorrer do século XVIII. Nesse primeiro momento, teria se desenvolvido lentamente, devido às dificuldades de extração do ouro que não fosse de aluvião. Os veios auríferos que se encontravam agregados às jazidas de minério de ferro nas Serras de Itabira, de Santana e de Conceição só viriam a ser explorados em fins do século XVIII por companhias de mineradores, uma vez que sua extração exigia uma gama de recursos e de tecnologias que eram indisponíveis a esses primeiros povoadores da região.

Em viagem pela Província de Minas nas primeiras décadas do século XIX (1816-1822), Auguste de Saint-Hilaire nos apresenta um instigante quadro dos aspectos naturais, da população, das principais atividades econômicas e dos costumes que os habitantes das Minas tinham então. Certamente devemos realizar sobre suas impressões uma crítica documental, uma vez que o olhar do viajante francês estava carregado de valores próprios do mundo europeu. De modo que algumas das suas observações sobre o que via nas Minas podem estar embebidas de certos preconceitos.³⁶ Ao se aproximar de Itabira do Mato Dentro, o viajante depara mais uma vez com os impactos da mineração aurífera. Relata o aspecto das margens do córrego que costeava a estrada e os morros revolvidos pela escavação. Contudo, ao contrário do quadro que apresentou para as vilas encontradas no caminho, Vila Rica, Mariana, Catas Altas, nas quais a atividade mineradora já se apresentava desgastada, deixando poucas possibilidades aos habitantes da região, segundo Saint-Hilaire, a povoação com a qual depara é *flourescente*. A mineração do ouro ainda é ativa e lucrativa e nela, após a permissão dada pela Coroa para a produção de manufaturas, encontravam-se também diversas forjas que fundiam o ferro e produziam deles instrumentos agrícolas e espingardas. Trata-se de uma área de economia diversificada, na qual a manutenção da extração mineral, de ouro e ferro, ainda oferece lucros a sua economia. Nesse sentido, as atividades de produção e transformação do ferro têm aí um campo fértil para seu desenvolvimento. Os artigos de ferro produzidos nas fábricas e fabriquetas da região atendem ao mesmo tempo às necessidades da lavoura e da mineração, que durante o século XIX atinge os veios subterrâneos, exigindo a aplicação de novas tecnologias para sua exploração.

A análise das características dos oficiais ferreiros encontrados nos inventários *post-mortem* nos permite estabelecer padrões para esses artífices. Do mesmo modo, possibilita a identificação das formas de aprendizagem em um ambiente marcado pelas relações

³⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste.: *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Livraria Itatiaia. Ed. Belo Horizonte: 1974. p.69-139.

escravistas como as Minas Gerais do Oitocentos. O quadro a seguir apresenta oficiais ferreiros encontrados nos inventários *post-mortem* de Itabira, entre os anos de 1813 e 1888:

Relação de escravos ferreiros – Itabira/ 1813-1888

Nº	Nome	Proprietário	Nº Inv.	Cx	Ano	Descrição (“cor”)	Idade	Estado Civil	Filho	Valor	Defeitos	Descrição do ofício
1	Eufrazio	Alferes Manoel Fernandes Nunes	21	2	1822	Crioulo	22	Solteiro		240\$000		Ferreiro
2	Manoel Sabará	Idem	21	2		Crioulo	19	Solteiro		220\$000		“com luz de ferreiro”
3	João	Idem	21	2		Crioulo	26	Solteiro		200\$000		“com luz de ferreiro”
4	Florentino	Idem	21	2		Pardo	36	Solteiro		160\$000	Com papo	“com luz de ferreiro”
5	José	Idem	21	2		Cassange	20	Solteiro		240\$000		“com luz de ferreiro”
6	Joaquim	Idem	21	2		Crioulo	60	Solteiro		70\$000		Ferreiro
7	Francisco	Joaquim Coelho Vieira	22	2	1823	Crioulo	35	Casado		350\$000		Oficial de ferreiro
8	João	Maria Joaquina Dias de Freitas	49	4	1826	Crioulo	20	Solteiro		210\$000		Ferreiro
9	Felipe	Maria Antonia Cândida de Jesus	74	5	1828	Pardo	21	Solteiro		350\$000		Ferreiro
10	João	Manoel Barros de Araújo	94	5	1828	Pardo	26	Solteiro		300\$000		Ferreiro
11	Miguel	Alexandre José Frôes	127	7	1832	Crioulo	54	Solteiro		480\$000		Ferreiro
12	Cláudio	Manoel Gonçalves de Oliveira	133	8	1834	Pardo	42	Casado		520\$000	Quebrado da virília	Ferreiro e carapina
13	Manoel	José Carlos Marques	195	10	1837	Crioulo	38	Solteiro		700\$000		Oficial de ferreiro
14	Custódio		195	10		Crioulo	31	Solteiro		600\$000		Oficial de ferreiro
15	Bento	Baronesa de Catas Altas	223	12	1839	Crioulo	61	Casado		300\$000		Ferreiro
16	Francisco	Antonio Marques Pereira	231	13	1840	Crioulo	49	Casado		400\$000		Ferreiro
17	João	Dona Senhorinha Maria Clara de Andrade	232	13	1840	Crioulo	64	Solteiro		150\$000	Aleijado dos pés	Ferreiro
18	Izidoro	D. Maria Tereza de Jesus	235	13	1841	Crioulo	28	Solteiro		700\$000		Bom ferrador
19	Severino	Capitão Francisco Rodrigues da Rocha	258	15	1843	Crioulo	70	Solteiro		100\$000		Paneleiro
20	Lauriano	Alferes Manoel da Costa Lage	390	24	1853	Crioulo	28	Casado		800\$000		Ferreiro
21	José	Manoel Dias Fernandes	441	27	1856	Cabra	32	Solteiro		1:600\$000		Bom ferrador
22	João	Antonio Luiz de Lacerda Pinto	454	28	1857	Pardo	38	Solteiro		2:400\$000		Carpinteiro, ferreiro, entende alguma coisa de caldeiro
23	Gabriel	Francisca de Assis Pinto de Figueredo	527	32	1862	Cabra	47	Solteiro		300\$000		
24	Pedro	Ana Maria do Sacramento	537	33			70	Casado		200\$000	Quebrado	
25	Joaquim	Catharina Mendes de Jesus	577	35		Crioulo	37	Solteiro		1:200\$000		
26	Quirino	Coronel João Marcelino da Costa Lage	680	44		Fula		Casado		400\$000		

27	Tomé	Gaspar José de Morais	707	45	1878	Preto	56	Solteiro		50\$000	Aleijado	
----	------	-----------------------	-----	----	------	-------	----	----------	--	---------	----------	--

Fonte: Arquivo Público Municipal de Itabira. Inventários *Post-Mortem*. 1813-1888. Cxs. 01 a 51.

Entre os 27 ferreiros descritos nos inventários, nota-se haver um predomínio de escravos nascidos no Brasil (16 crioulos, 5 pardos, 2 cabras, 1 fula) e apenas dois africanos (um de nação Cassange e outro descrito apenas como “preto”). Embora devamos considerar o aspecto limitado de uma documentação camarária como os inventários *post-mortem*, uma vez que eles retratam apenas uma parcela da população que apresenta à justiça seus bens para fins de partilha da herança, a presença maciça de crioulos é significativa. Essas informações nos levam a problematizar uma associação feita entre os trabalhos de produção do ferro em Minas Gerais e a população escrava de origem africana.³⁷ Se é este o quadro que se identifica para o período colonial, não é esta a situação recorrente durante o século XIX.

O inventário do Alferes Manoel Fernandes Nunes nos fornece informações importantes. Esse proprietário foi um dos primeiros cidadãos da Vila a investir na construção de uma pequena fábrica de ferro, como nos informa Saint-Hilaire:

Domingos Barbosa foi o primeiro que, tendo visto fabricar o ferro perto de Mariana, ensaiou o de Itabira, e seu exemplo foi em pouco seguido pelos homens ricos e os ferreiros da povoação. Manoel Fernandes Nunes, homem muito industrioso, mandou construir fornos e criou uma manufatura de espingardas. Suas forjas foram o modelo de doze outras depois estabelecidas na região. Pessoas que outrora passavam a vida a mendigar trabalham atualmente nessas fábricas, e aí encontram abrigo contra a ociosidade, o vício e a miséria.³⁸

Seu inventário data de 1822 e entre os bens descritos constam: uma roça de duas sesmarias no Ribeirão da Chapada em matas virgens; terras em pastos e capoeiras avaliadas em 1:750\$000; gado muar, cavalar e suíno; 20 praças em sociedade com outros na Serra da Conceição avaliadas em 2:000\$000 (onde explorava ouro e ferro); 10 praças em sociedade com outros nas terras minerais da Fazenda de Santana avaliada em 600\$000; malhos, martelos, forno, bigornas e cinco foles de ferreiro.³⁹

Entre seus 50 escravos, o Alferes Manoel Nunes tinha 6 escravos com o ofício definido de “ferreiro”. São eles: Eufrázio, crioulo, de 22 anos, solteiro, descrito como

³⁷ PAIVA, Eduardo França Paiva. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

³⁸ SAINT-HILAIRE, *Op. Cit.*, P. 122.

³⁹ Arquivo Público Municipal de Itabira, *Inventários* – 1813/1888. Cx 02. 1822

“ferreiro”, avaliado em 240\$000; Manoel Sabará, crioulo, de 19 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 220\$000; João, crioulo, de 26 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 200\$000; Florentino, pardo, de 36 anos, solteiro, com papo, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 160\$000; José, africano de nação Cassange, de 20 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 240\$000; Joaquim, crioulo, de 60 anos, solteiro, descrito como “ferreiro”, avaliado em 70\$000. Seu inventário tem um Monte-Mor de 13:118\$800.

O trabalho em sua fazenda gerava a necessidade de instrumentos de ferro para a lide agrícola, e, por ter sociedade em praças em áreas de mineração de ouro e ferro, na Serra da Conceição, o acesso a tal matéria-prima não era difícil para ele. O fato de essas praças serem em sociedade com outros homens indica que outros indivíduos da região também dispensassem seus investimentos da mesma maneira que o Alferes Manoel Nunes Fernandes. A presença de grande quantidade de terras em matas virgens nos mostra que era indispensável para a produção de ferro a existência de fontes de madeira para ser queimada e o carvão para o processo da fundição. Da mesma forma, auxilia no escoramento de minas internas subterrâneas ou internas, caso da mineração na Serra de Conceição.

A questão da aprendizagem também pode ser identificada nesses dados. A expressão “com luz de ferreiro” deixa clara a transmissão desses saberes, especialmente no inventário do Alferes Manoel Fernandes Nunes. Sua unidade produtiva contava como o maior número de ferreiros encontrados, entre dois ferreiros e cinco aprendizes. Trata-se de uma unidade produtiva de potencial considerável, na qual a produção do ferro é estimulada pelo próprio senhor. Não podemos afirmar se o proprietário era também ferreiro, e se teria sido ele a transmitir o ofício para seus escravos. Mas nota-se que a transmissão desse saber e sua aprendizagem se davam pela convivência com outros oficiais ferreiros, neste caso, dentro da mesma unidade produtiva. Uma aprendizagem ligada a um modo de vida, presente nas práticas cotidianas desses indivíduos, como afirma Sennett.

Da mesma forma, não se pode afirmar que laços de parentesco eram os principais critérios de transmissão desse saber na região, durante o século XIX. Nos inventários não encontramos essa situação, embora ela tenha sido identificada, em pequena escala, no Censo Provincial de Itabira para o ano de 1840.⁴⁰

O fato de, na maioria das unidades produtivas descritas no quadro, haver um número pequeno de ferreiros nos sugere a existência de formas de locação de trabalho entre esses

⁴⁰ Arquivo Público Mineiro, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

artífices. É provável que esses escravos ferreiros trabalhassem por jornal em várias unidades produtivas, o que é evidenciado pelo fato de haver muitos inventários em que foram descritos tendas de ferreiro e objetos ligados a essa atividade, mas o inventariado não era ferreiro e também não possuía nenhum escravo ferreiro.

A lista de habitantes de Itabira para o ano de 1840 sugere uma situação condizente com isto. Na referida documentação, observa-se uma concentração dos oficiais ferreiros entre os 10º e 11º quarteirões da Vila de Itabira.⁴¹ Área próxima às saídas da cidade que, ao mesmo tempo, estavam no caminho das fábricas do Girau e do Onça e de algumas lavras de mineração aurífera e ferrífera. Proximidade da fonte de matéria-prima. Dos 110 profissionais do ferro descritos para esse ano, 42 deles residiam nesses quarteirões. Mais uma vez, há o predomínio de homens de cor (4 brancos, 12 crioulos e 26 pardos), sendo 7 deles cativos, 30 livres e 1 descrito como liberto.

Esses dados demonstram a marcante presença da população de cor entre as atividades de produção e transformação de ferro. O fato de os domicílios controlados por esses oficiais serem geralmente formados por poucos indivíduos, também de cor, entre livres e cativos, demonstra que o ofício de ferreiro era transmitido pelos próprios integrantes do domicílio e dos domicílios vizinhos. A concentração desses artífices nesses dois quarteirões nos permite afirmar que havia uma “rua dos ferreiros” na Itabira oitocentista. Nesse sentido, os trabalhos poderiam ser realizados gerando integração entre esses artífices tanto na prestação de serviços, trabalhando por jornal, como na transmissão desse conhecimento entre eles, gerando formas de associação.

Tais dados nos permitem considerar que a prática do ofício de ferreiro na população de cor, na Itabira do século XIX, seria uma forma de associação comunitária entre esses escravos e libertos ferreiros. Uma forma de sobrevivência à exploração imposta pelo regime escravista e de adaptação ao universo dos livres em uma sociedade em que a cor da pele traz associações indesejadas com o passado do cativo. E permitia a esses artífices uma experiência de vida relacionada ao ritmo de sua produção. Os escravos ferreiros teriam sua rotina de atividades direcionada pelo tempo e pelo processo dos trabalhos de fundição e forja. Isso lhes permitia mais autonomia em sua vivência cotidiana. Trabalhando por jornal, estariam em contato com outros artesãos, entre eles livres e libertos, de modo que o horizonte da liberdade estava inerente à prática de seu ofício. Poderiam, através dele, acumular pecúlio para comprar sua

⁴¹ ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, *Relação Nominal ...*

alforria, prestando serviços a seu senhor ainda por um período, ou mesmo criar relações pessoais que lhes permitissem alcançar a liberdade por outros meios.

É o caso do ferreiro Manoel, listado no processo de inventário entre os bens do falecido Capitão José Carlos Marques, em 1837. O Capitão Marques era também proprietário de uma parte na fazenda de cultura em Socorro, avaliada em 120\$000; da metade da fazenda Galega, no valor de 500\$000; de outra fazenda chamada Christina, na quantia de 150\$000; de uma morada de casas de sobrado em São Gonçalo do Rio Acima, avaliada em 200\$0003. Em terras minerais, declara a posse de 3 praças na Fazenda Paiol no valor de 100\$000.

No processo de inventário Antonio Jorge Marques, inventariante de seu pai, concede a alforria a Manoel, pagando de seu quinhão na partilha o valor do escravo a seus irmãos para que esses não contestassem a liberdade do ferreiro:

Diz Antonio Jorge Marques e Vicente Ferreira Marques, herdeiros do casal dos falecidos seus pais Capitão José Carlos Marques e D. Antonia Maria de Jesus, que procedendo-se o inventário dos bens do mesmo casal foi avaliado o escravo Manoel crioulo, na quantia de setecentos mil réis, para que os suplentes tem motivos o beneficiar lícita a quantia cem réis sobre essa avaliação dele para forro, imputando-se o seu valor nos quinhões da herança dos suplentes, e não duvida assinar o termo em que desde já o declaram forro e liberto. E para que assim se verifique.⁴²

Podemos especular sobre as razões que os herdeiros Antonio e Vicente teriam para conceder a liberdade ao ferreiro Manoel. Nenhum dos outros 12 escravos inventariados foram agraciados dessa forma. É possível que os serviços prestados por Manoel por meio de seu ofício tivessem permitido a ele negociar sua liberdade com tais herdeiros. Não há indicações da existência de tenda de ferreiro entre os bens listados no inventário do Capitão Marques, o que nos permite considerar que Manoel exercia seu trabalho fora da unidade produtiva de seu proprietário. Possivelmente, trabalhava por jornal para outros senhores, homens livres, convivendo no exercício de sua prática com diversos outros artífices do ferro, entre brancos, crioulos, livres, pardos e africanos, escravos e libertos. A experiência da liberdade, que já era algo vivenciado enquanto expectativa e pela autonomia de trabalho que seu ofício de ferreiro permitia – estando intimamente ligada ao seu modo de vida –, dava-lhe possibilidades que não estavam disponíveis para todos os outros escravos de seu senhor. E consolida-se a partir da alforria declarada pelos herdeiros Antonio Jorge e Vicente no referido processo de inventário.

Analisando as características dos escravos artesãos no Rio de Janeiro a partir dos inventários de artífices, Lima tece uma crítica a tendências que consideram a prática do

⁴² APMI, *Inventário de José Carlos Marques*. Inventários. 1837. Cx. 10. P. 35.

trabalho artesanal entre eles como uma forma de criação de uma elite cativa.⁴³ Para ele, o fato de os escravos artífices se concentrarem entre os africanos recém-chegados e de quase não haver oficiais mecânicos entre os escravos mais velhos demonstra que “o que se tem é um foco direcionado para a abundância de escravos, para sua força física, mais que para sua perícia, e para a provisoriedade da relação que lhes era imposta com os ofícios artesanais”.⁴⁴ Comparando preços de homens e mulheres artesãos e de escravos sem ofícios, argumenta que a diferenciação dos valores seguia mais as flutuações de mercado e as práticas especulativas dos senhores, uma vez que o artesanato escravo era lucrativo para seus proprietários. Quanto às relações de parentesco criadas entre os cativos, Lima aponta para o fato de que a maioria dos escravos artesãos não era casada e estava praticamente excluída de relações familiares. Haveria então uma associação negativa entre a prática de um ofício e a constituição de laços de parentesco entre os cativos. Lima atribui essa tendência ao período de aprendizado, que afasta o escravo aprendiz da convivência com os demais, e à especulação do mercado.

A partir desses elementos, o autor afirma que os ofícios mecânicos entre escravos não só não criavam nenhum tipo de elite cativa, como também afastava o escravo artesão de seus companheiros de cativeiro. Desarticulava-o da vida em comunidade com os outros escravos. Para Lima, dessa forma o escravo artesão tornava-se refém de seus mestres e das oscilações do mercado para aquilo que produzia.

De acordo com as proposições de Lima, no que se refere à perspectiva de nosso trabalho, cabe fazer algumas inferências. Consideramos que o ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas Gerais oitocentistas poderia propiciar formas de distinção entre esses homens de cor, mas não se está falando em formação de uma elite cativa. Tratamos por distinção a possibilidade de se diferenciar dos demais, como forma de alcançar o universo da liberdade. E, uma vez alcançada essa liberdade, não retornar ao mundo da escravidão. Nesse sentido, o próprio argumento de Lima nos oferece alguns elementos. Nos inventários investigados em nossa pesquisa – referentes à região da Itabira do Mato Dentro –, encontramos entre os escravos artífices do ferro um número de escravos ferreiros solteiros maior do que o número de casados (dos 27 escravos ferreiros encontrados, apenas 7 eram casados). De acordo com a perspectiva de Lima, isso aconteceria porque o escravo artesão, pelas próprias exigências do processo de aprendizagem de um saber mecânico, é afastado da vida em comunidade com os demais cativos da unidade produtiva. A consequência disso é sua desarticulação junto à comunidade cativa e a dificuldade de estabelecimento de laços

⁴³ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices no Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

⁴⁴ *Idem*. P. 149.

conjugais. Considerando que a prática de ofícios, devido ao tempo de aprendizado, afastaria esses escravos artesãos da comunidade cativa, enfraquecendo suas possibilidades de articulação entre a escravaria – como conclui Lima –, o ofício passa a ser então sua única forma de estabelecer relações sociais no âmbito da sociedade escravista. É então o seu ofício que o aproxima da realidade vivenciada por outros escravos artesãos. Mais ainda: se o período de aprendizado o afasta dos demais cativos, dificultando a criação de laços de parentesco, esse aprendizado o aproxima do mundo dos livres, como algo a ser buscado. Mesmo que o tempo de aprendizado de um ofício por um escravo não seja o mesmo da formação de um artesão livre, esse aprendizado passa a se integrar ao modo de vida do cativo. Pode proporcionar-lhe mais autonomia no exercício de suas práticas, pois o ritmo de seu trabalho passa a seguir o ritmo da produção artesanal. Permite-lhe vivenciar outras experiências pela convivência com seu mestre, que pode ser um artesão livre, seu senhor, ou outros escravos artesãos. Enfim, é a partir do ofício que esse escravo ou forro artesão irá se inserir nas redes hierárquicas da sociedade escravista da América Portuguesa.